

Formação Profissional:

2013 — Workshop Financing for LEADER/CLLD: Opportunities and relevant practices, EC, DG Agriculture and Rural Development; 2013 — Seminário Avaliações Contrafactuais de Impacto — Experiências em Portugal e na UE, Observatório do QREN; 2013 — LEADER Event 2013 — Building Bridges for the Future, European Network for Rural Development, EC, DG Agriculture and Rural Development, European Network for Rural Development; 2013 — IT seminar — 1st meeting of the Shared Fund Management Common IT System for 2014-2020 programming period, EC, DG Agriculture and Rural Development; 2012 — Seminário Successful Programming — EAFRD 2014-2020, EC, DG Agriculture and Rural Development, European Network for Rural Development; 2012 — Curso Liderança e Gestão de Equipas, Gestão de Conflitos e Comunicação Organizacional, INA — Instituto Nacional de Administração, I. P.; 2011 — *Workshop* sobre Mercados Públicos — Inspecção-Geral de Finanças; 2010 — Curso O Novo SIADAP — Avaliação e Gestão do Desempenho, INA — Instituto Nacional de Administração, I. P.; 2009-2010 — FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, INA — Instituto Nacional de Administração, I. P., com classificação final de 17 valores; 2009 — Conferência Creative Learning — Innovation Marketplace, Criatividade e Inovação — Ano Europeu 2009; 2008 — Curso Técnicas de Auditoria, SINFIC; 2007 — Conferência e-learning Lisboa 2007; 2006 — Curso Estratégias da Qualidade em Serviços Públicos, Global Change; 2005 — Curso Conceção e Gestão de Projetos, Global Change; 1983 — Curso Social Profitability Analysis in Portuguese Agriculture, Scott Pearson (Stanford University), Eric Monke (University of Arizona) e Francisco Avillez (Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa), PROCALFER, Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciência; 1983 — Curso The Common Agricultural Policy of E.C, Stefan Tangermann, Mike Longworthy e Timothy Josling (Food Research Institute, Stanford University), Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciência; 1983 — Bolseira de estágio da Fundação Calouste Gulbenkian, no Centro de Estudos de Economia Agrária, Instituto Gulbenkian de Ciência, sob orientação do Professor Fernando Estácio, para preparação da tese Uma Aplicação da Programação Matemática no Estudo da Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, ao Nível da Exploração Agrícola.

Outros elementos:

Membro Efetivo da Ordem dos Engenheiros; Membro da Associação Portuguesa de Economia Agrária (APDEA); Membro da Associação Portuguesa de Horticultura (APH); Membro fundador da ARMÉRIA — Associação Ambientalista do Concelho de Peniche; Autarca no executivo da Câmara Municipal de Peniche e na Assembleia Municipal de Peniche.

207565339

Despacho n.º 1881/2014

1 — De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, foi aberto procedimento concursal para seleção do titular do cargo de Chefe da Unidade de Gestão Operacional (DAI/UGOP), previsto no n.º 2 dos artigos 1.º e 2.º dos Estatutos do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., aprovados pela Portaria n.º 393/2012, de 29 de novembro.

2 — O referido procedimento foi publicitado e concluído de acordo com os respetivos condicionalismos e formalismos legais, tendo o Júri do concurso apresentado proposta de designação do licenciado Francisco Paulo Falcão Beja da Costa, para o desempenho daquele cargo, com base nos factos, razões e fundamentos constantes da referida proposta, que integra o respetivo procedimento concursal.

3 — Tendo em conta a citada proposta de designação, considera-se que o candidato proposto possui a competência técnica, a experiência profissional e a aptidão necessárias para o exercício do cargo, bem como o perfil adequado para o exercício das funções em causa.

4 — Pelo exposto, designo para o cargo de Chefe da Unidade de Gestão Operacional, o licenciado Francisco Paulo Falcão Beja da Costa, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, nos termos dos números 9 e 10 do artigo 21.º Lei n.º 2/2004.

5 — A nota curricular do licenciado em apreço fica junta ao presente despacho, dele fazendo integrante.

17/01/2014. — O Presidente do Conselho Diretivo do IFAP, I. P., *Luis Souto Barreiros*.

Sinopse curricular**Dados biográficos:**

Nome: Francisco Paulo Falcão Beja da Costa.

Data de nascimento/Naturalidade: 17 de outubro de 1963, em Lisboa.

Habilitações académicas:

Bacharelato em Produção Animal, pela Escola Superior Agrária de Santarém e Licenciado em Engenharia Zootécnica pela Universidade de Évora.

Experiência profissional mais relevante:

Chefe de Unidade da Unidade de Gestão Operacional do Departamento de Apoio ao Investimento no IFAP — Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, desde 2012;

Coordenador de Núcleo do Núcleo de Contratação da Unidade de Normalização e Controlo de Qualidade do Departamento de Apoio ao Investimento no IFAP — Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, de 2010 a 2012;

Chefe de Serviço do Serviço de Pescas e Medidas Desconcentradas, da Direção de Investimento do IFADAP — Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, de 2004 a 2007;

Chefe de Serviço do SDIA — Serviço de Desenvolvimento e Infraestruturas Agrícolas, da Direção de Investimento do IFADAP — Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, de 2003 a 2004;

Chefe de Serviço do Serviço de Operações Gerais, da Direção de Operações Gerais do IFADAP — Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, de 2000 a 2003;

Técnico do IFADAP — Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, de 1993 a 2000.

207565322

Despacho n.º 1882/2014

1 — De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, foi aberto procedimento concursal para seleção do titular do cargo de Chefe da Unidade de Recuperações (DAI/UREC), previsto no n.º 2 dos artigos 1.º e 2.º dos Estatutos do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., aprovados pela Portaria n.º 393/2012, de 29 de novembro.

2 — O referido procedimento foi publicitado e concluído de acordo com os respetivos condicionalismos e formalismos legais, tendo o Júri do concurso apresentado proposta de designação do licenciado Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho, para o desempenho daquele cargo, com base nos factos, razões e fundamentos constantes da referida proposta, que integra o respetivo procedimento concursal.

3 — Tendo em conta a citada proposta de designação, considera-se que o candidato proposto possui a competência técnica, a experiência profissional e a aptidão necessárias para o exercício do cargo, bem como o perfil adequado para o exercício das funções em causa.

4 — Pelo exposto, designo para o cargo de Chefe da Unidade de Recuperações, o licenciado Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, nos termos dos números 9 e 10 do artigo 21.º Lei n.º 2/2004.

5 — A nota curricular do licenciado em apreço fica junta ao presente despacho, dele fazendo integrante.

17/01/2014. — O Presidente do Conselho Diretivo do IFAP, I. P., *Luis Souto Barreiros*.

Nota curricular**Dados biográficos:**

Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho, nascido a 17 de setembro de 1954, em Seiça, Ourém.

Habilitações académicas e formação profissional mais relevante:

Licenciatura em Agronomia, especialidade de Agropecuária, no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, em 1977;

Estágio na Secção de Máquinas do Instituto de Reorganização Agrária e na Sociedade Técnica de Equipamentos e Tratores, S.A.R.L. Cursos de Políticas e Programas de Crédito para Pequenos Agricultores; de Análise do Investimento Agrícola; de Avaliação de Bens Imobiliários; Novo modelo de Avaliação do Desempenho dos Funcionários Públicos; Siadap-Desafios e competências do CCA; Frequência do Master Internacional em Ingeniería de la Tasación y Valoración, módulo “Métodos de Tasación Agrária”, na Universitat Politècnica de València, em 2011.

Experiência profissional:

Junho de 2012 — Chefe da Unidade de Recuperações do Departamento de Ajudas ao Investimento do IFAP; 2009 — Departamento de Ajudas ao Investimento do IFAP; 2007/09 — Diretor do Departamento de Controlo do IFAP; 2003/07 — Diretor Coordenador da Direção de Inspeção e Controlo do IFADAP/INGA; 1995/2003 — Diretor da Direção de Inspeção do IFADAP; 1993/95 — Inspetor-Chefe, Diretor-Adjunto da Direção de Inspeção do IFADAP; 1985/1993 — Coordenador do Serviço Normativo de Crédito e Estatística, da Direção Técnica de Crédito e do Serviço de Inspeção, da Direção de Inspeção e Auditoria do IFADAP; 1980/85 — Técnico do Gabinete de Planeamento, da Direção de Serviços de Linhas e Programas de Crédito e da Direção Técnica de Crédito do IFADAP; 1977/80 — Engenheiro na Secção de Máquinas do Instituto de Reorganização Agrária e no Gabinete de Gestão de Parques de Máquinas da Direção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola; 1974/76 — Monitor da Cadeira de Agricultura Geral e Máquinas Agrícolas, no Instituto Superior de Agronomia.

Participação e coordenação de grupos de trabalho e comissões Nacionais e Comunitárias, relativas ao financiamento da Agricultura e Pescas e à gestão e controlo de Fundos Comunitários, acompanhamento de auditorias nacionais e comunitárias.

Publicações, participação e comunicações em conferências e seminários, sobre Mecanização Agrícola, Política Agrícola Comum e gestão e controlo de Fundos Comunitários.

Coordenador do Conselho Regional do Colégio de Engenharia Agronómica e vogal do Conselho Diretivo, da Região Sul da Ordem dos Engenheiros.

207565299

Despacho n.º 1883/2014

1 — De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, foi aberto procedimento concursal para seleção do titular do cargo, de direção intermédia de 1.º grau, de Diretor do Departamento de Apoios de Mercado, previsto no n.º 1 dos artigos 1.º e 2.º dos Estatutos do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., aprovados pela Portaria n.º 393/2012, de 29 de novembro.

2 — O referido procedimento foi publicitado e concluído de acordo com os respetivos condicionalismos e formalismos legais, tendo o Júri do concurso apresentado proposta de designação da licenciada Marlene Rocha Diniz para o desempenho daquele cargo, com base nos factos, razões e fundamentos constantes da referida proposta, que integra o respetivo procedimento concursal.

3 — Tendo em conta a citada proposta de designação, considera-se que a referida/a candidata possui a competência técnica, a experiência profissional e a aptidão necessárias para o exercício do cargo, bem como o perfil adequado para o exercício das funções em causa.

4 — Pelo exposto, designo para o cargo de Diretora do Departamento de Apoios de Mercado a licenciada Marlene Rocha Diniz, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014, nos termos dos números 9 e 10 do artigo 21.º Lei n.º 2/2004.

5 — A nota curricular da licenciada em apreço fica junta ao presente despacho, dele fazendo integrante.

17/01/2014. — O Presidente do Conselho Diretivo do IFAP, I. P., *Luis Souto Barreiros*.

Informação Pessoal:

Marlene Rocha Diniz, nascida a 05 de março de 1965.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão), em 1989.

Experiência profissional:

Desde novembro de 2012: Diretora do Departamento de Apoios de Mercados do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., sendo responsável pela implementação e gestão de regimes previstos na organização comum dos mercados agrícolas, da organização comum de mercado no setor dos produtos da pesca e da aquicultura, das medidas de seguros agrícolas, de crédito (dirigido aos setores da agricultura, silvicultura, pescas e agroindústria), das medidas de engenharia financeira e do controlo dos apoios financeiros concedidos no âmbito dos auxílios de minimis aos setores da agricultura e pescas, bem como de outros apoios específicos previstos na legislação nacional.

Janeiro de 2010 a novembro 2012: Diretora do Departamento de Ajudas Diretas do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.,

sendo responsável pela gestão das ajudas diretas ligadas e desligadas da produção e das medidas de desenvolvimento rural sujeitas ao sistema integrado de gestão e controlo. Foi ainda responsável pela implementação e gestão de regimes previstos na organização comum dos mercados agrícolas e na organização comum de mercado no setor dos produtos da pesca e da aquicultura, bem como de outros apoios específicos previstos na legislação nacional e comunitária.

Responsável pela Gestão do processo de liquidação e cobrança de taxa de financiamento do sistema de recolha de cadáveres de animais mortos na exploração (SIRCA) e pela Gestão do Sistema de Identificação Animal das espécies bovina, suína, ovina, caprina e equídea (SNIRA).

Junho de 2007 a dezembro de 2009 Chefe de Unidade da Unidade de Medidas de Intervenção em Mercados, sendo responsável pela implementação e gestão das atribuições específicas gestão de regimes previstos na organização comum dos mercados agrícolas e na organização comum de mercado no setor dos produtos da pesca e da aquicultura, bem como de outros apoios específicos previstos na legislação nacional e comunitária.

Junho 1998 a junho de 2007: Chefe de Serviço do Serviço do Leite e Produtos Lácteos, do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola, sendo responsável pela implementação e gestão das atribuições específicas no âmbito das medidas de intervenção ligadas ao setor do leite e dos produtos lácteos e do Regime de Imposição Suplementar sobre os Excedentes de Leite.

Março de 1992 a maio de 1998: técnica Superior no INGA — Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola, no setor do leite e dos produtos lácteos.

Formação profissional mais relevante:

Formação no domínio da União Europeia, PAC, Seminário de Alta Direção, Liderança e Gestão de Equipas, Gestão por Objetivos, Gestão Intrapessoal, Gestão do Tempo.

Outros aspetos relevantes:

Larga experiência de acompanhamento de auditorias nacionais e europeias (Comissão, Tribunal de Contas) e de representação de Portugal em instâncias Comunitárias.

207565371

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.**Despacho n.º 1884/2014****Nomeação dos Membros da Junta Consultiva de Provedores do vinho do Porto**

Constitui atribuição e competência do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, IP (IVDP, IP), nos termos do disposto nos artigos 3.º, n.º 2, alínea c), e 5.º, n.º 2, alíneas p) e s), do Decreto-Lei n.º 97/2012, de 23 de abril, a certificação das denominações de origem e indicação geográfica da Região Demarcada do Douro, incluindo a sua análise organoléptica;

Nos termos do artigo 16.º, n.º 2, do Estatuto das denominações de origem e indicação geográfica da Região Demarcada do Douro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 173/2009, de 3 de agosto, as câmaras de provedores e as juntas consultivas de provedores do IVDP, IP obedecem à disciplina a estabelecer por regulamento do IVDP, IP;

O Regulamento n.º 83/2010, de 25 de janeiro de 2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 8 de fevereiro de 2010, relativo à Câmara de Provedores e Junta Consultiva de Provedores dos vinhos com denominação de origem Porto, veio estabelecer a referida disciplina, designadamente quanto à composição e mandato dos membros da Junta Consultiva do vinho do Porto;

A Junta Consultiva de Provedores do vinho do Porto é constituída por sete provedores e o seu mandato tem a duração de 3 anos, podendo ser renovado automaticamente por uma vez, sem prejuízo da continuidade do mandato até efetiva substituição, nos termos dos artigos 12.º e 13.º do citado Regulamento;

Nos termos do disposto no artigo 12.º do referido Regulamento, os provedores, de reconhecido mérito, são nomeados pelo presidente do IVDP, IP;

A última nomeação dos membros da Junta Consultiva de Provedores do vinho do Porto teve lugar através do Despacho n.º 6804/2012, de 8 de maio de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 18 de maio de 2012;

Todavia, dois membros da referida Junta renunciaram ao mandato, pelo que se impõe a sua substituição;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Regulamento n.º 83/2010, de 25 de janeiro de 2010, publicado no *Diário da República*,